



CONCURSO PÚBLICO - Edital N.º 001/2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA: 20 de Dezembro de 2009

NÍVEL SUPERIOR

Cargo: ANALISTA AMBIENTAL

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Esta prova contém 50 questões objetivas, sendo 10 de Língua Portuguesa, 15 de Legislação, 25 de Conhecimentos Específicos e 02 Questões Analítico-Discursivas. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 14:30h e término às 18:30h (horário local).
3. A resposta definitiva de cada questão objetiva deve ser obrigatoriamente, assinalada no **CARTÃO RESPOSTA**, considerando a numeração de 01 a 50. As questões analítico-discursivas deverão ser respondidas no **FORMULÁRIO-RESPOSTA**, obedecendo ao limite máximo de 15 linhas para escrever a resposta de cada questão.
4. Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois não serão consideradas marcações a lápis no **CARTÃO RESPOSTA**. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
5. Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul para responder as questões analítico-discursivas, pois não serão consideradas respostas de lápis. O **FORMULÁRIO-RESPOSTA** será o único documento considerado para a correção da Prova Subjetiva. O boletim contendo a prova deve ser usado apenas como rascunho e não valerá, sob hipótese alguma, para efeito de correção pela banca examinadora.
6. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do **CARTÃO RESPOSTA** que você recebeu, assim como, no **FORMULÁRIO-RESPOSTA** na parte inferior. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
7. É obrigatório que você assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA** do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação. O **FORMULÁRIO-RESPOSTA** não poderá ser assinado pelo candidato.
8. A maneira correta de marcar as respostas no **CARTÃO RESPOSTA** é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no **CARTÃO RESPOSTA**.
9. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão resposta e do formulário-resposta por erro do candidato. O cartão resposta e o formulário-resposta só serão substituídos se for constatado falha de impressão.
10. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da mesma. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
11. O candidato deverá devolver no final da prova, o boletim de questões, cartão-resposta e o formulário-resposta recebidos.
12. Será automaticamente eliminado do concurso público da Prefeitura Municipal de Parauapebas, o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2009.

Boa prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1 – QUESTÕES 01 a 04

A abolição do gerúndio

por José Augusto Carvalho

1 José Roberto Arruda, governador de Brasília, em seu artigo “Demiti
2 o gerúndio”, argumenta que demitir o gerúndio era uma necessidade,
3 porque os funcionários públicos recorriam a ele “para justificar a própria
4 ineficiência”. Para ele, ditos como “estamos preparando” ou “estamos
5 providenciando” (exemplos citados por ele como condenáveis, mas
6 exemplos legítimos do uso do gerúndio que nada têm a ver com o
7 gerundismo) caracterizariam “um crime contra a população” por
8 representar uma “progressão indefinida”.

9 Além do raciocínio indutivo que faz tábula rasa de todos os
10 funcionários, considerados proteladores e ineficientes, José Roberto
11 Arruda condena o gerúndio porque, para ele, o abuso do gerúndio é que
12 seria responsável pelo emperramento da máquina administrativa. O
13 gerúndio é que seria responsável pela burocracia, “enquanto doentes
14 padecem nas filas dos hospitais”. Vale dizer: eliminando-se o gerúndio,
15 os doentes terão atendimento, os funcionários exercerão suas funções
16 com zelo, dedicação e eficiência.

17 “Abolir” o gerúndio é cercear a liberdade de expressão do falante.
18 Não é o gerúndio que provoca o adiamento de um processo, a
19 procrastinação de um serviço público ou a falta de atendimento médico.
20 Na ótica simplista do Sr. Arruda, eliminando-se o gerúndio, eliminam-se
21 também a preguiça e a incompetência dos funcionários e burocratas da
22 sua administração. Se a mesa está quebrada, basta eliminar a palavra
23 “quebrado” do dicionário para que a mesa fique consertada; para que um
24 motor de carro funcione sempre, basta eliminar a palavra “pane” dos
25 dicionários. Para que um funcionário trabalhe, basta eliminar o gerúndio
26 do seu vocabulário.

27 O Sr. José Roberto Arruda descobriu a cura de todos os males!
28 Oxalá falantes ilustres tenham o bom senso de entender que a nossa
língua portuguesa não tem um único dono. Nossa língua portuguesa é a
língua de todos nós, mesmo que alguma autoridade não concorde com o
nosso jeito de usá-la.

<http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/18/o-gerundio-expulso-a-abolicao-do-gerundio-e-as-143792-1.asp>
[com adaptações]

01. Em sua argumentação, o autor do texto

- (A) defende o uso do gerúndio pelos funcionários públicos para justificar sua ineficiência.
- (B) condena a proibição do uso do gerúndio porque, para ele, a língua é um bem coletivo.
- (C) julga factível induzir a comportamentos desejados por meio da eliminação de palavras ou de categorias gramaticais.
- (D) considera necessário tomar providências, no âmbito da língua portuguesa, para que os funcionários exerçam suas funções com zelo, dedicação e eficiência.

02. Não é possível ver ironia no seguinte fragmento do texto:

- (A) “O Sr. José Roberto Arruda descobriu a cura de todos os males!” (linha 24).
- (B) “Para que um funcionário trabalhe, basta eliminar o gerúndio do seu vocabulário” (linhas 22-23).
- (C) “exemplos citados por ele como condenáveis, mas exemplos legítimos do uso do gerúndio que nada têm a ver com o gerundismo” (linhas 4-6).
- (D) “Vale dizer: eliminando-se o gerúndio, os doentes terão atendimento, os funcionários exercerão suas funções com zelo, dedicação e eficiência” (linhas 12-14).

- 03.** Quanto às ideias desenvolvidas no texto, é **incorreto** afirmar que
- (A) José Augusto Carvalho acusa os funcionários públicos de ineficiência e procrastinação.
 - (B) uma progressão indefinida no âmbito do serviço público é, segundo o autor, um verdadeiro crime contra a população, porque emperra a máquina administrativa.
 - (C) o exemplo a que recorre o autor, em “Se a mesa está quebrada, basta eliminar a palavra “quebrado” do dicionário para que a mesa fique consertada”, coloca em evidência o absurdo da decisão do governador de Brasília.
 - (D) o autor, no enunciado “exemplos citados por ele como condenáveis, mas exemplos legítimos do uso do gerúndio que nada têm a ver com o gerundismo”, distingue dois possíveis usos do gerúndio: um permitido e outro abusivo.

- 04.** Quanto aos fatos gramaticais da língua, é **falso** afirmar que
- (A) “público”, “médico” e “ótica” (linha 17) obedecem à mesma regra de acentuação.
 - (B) o verbo em “eliminam-se também a preguiça e a incompetência” (linhas 18-19) está na voz ativa.
 - (C) o uso de “é que” é expletivo em “o abuso do gerúndio é que seria responsável” (linha 10).
 - (D) a palavra “ditos” em “Para ele, ditos como ‘estamos preparando’” (linhas 3-4) é um substantivo e significa “aquilo que se diz”.

- 05.** Quanto às relações de sentido, é **correto** afirmar que
- (A) a locução “bom senso” (linha 25) significa “sentido utilitário; discernimento do útil”.
 - (B) a preposição “para”, em “para justificar a própria ineficiência” (linha 3), indica direção.
 - (C) haverá alteração de sentido se substituirmos “na ótica simplista” (linha 17) por “na visão sutil”.
 - (D) a substituição de “oxalá” (linha 24) por “tomara” não prejudicaria o sentido nem a correção do texto.

TEXTO 2 – QUESTÕES 06 e 07

O gerúndio é só o pretexto I

Luiz Costa Pereira Jr.

1 Ele chegou furtivo, espalhou-se feito gripe e virou uma compulsão
2 nacional. Em menos de uma década, o gerundismo cavou pelas bordas
3 seu lugar sob os holofotes do país. É o Paulo Coelho da linguagem
4 cotidiana. Nas filas de banco, em reuniões de empresas, ao telefone, nas
5 conversas formais, em e-mails e até nas salas de aula, há sempre
6 alguém que "vai estar passando" o nosso recado, "vai estar analisando"
7 nosso pedido ou "vai poder estar procurando" a chave do carro. É
8 fenômeno democrático, sem distinção de classe, profissão, sexo ou
9 idade. O gerundismo já foi alvo de tantos e tão calorosos debates, que
10 mesmo a polêmica em torno dele pode estar virando uma espécie de
11 esporte de horas vagas, quase uma comichão a que poucos parecem
12 indiferentes. Embora não haja explicação única para a origem do
13 fenômeno, sua popularidade chama a atenção não só de especialistas da
14 língua, mas de empresários e ouvidos sensíveis a saraivadas repetidas
15 do mesmo vício.

16 O gerundismo pode não passar de moda e, tal como veio,
17 desmanchar-se no ar, como outros vícios de ocasião. O movimento
18 recente contrário à sua aceitação pode indicar que o fenômeno está
19 longe de generalizar-se. Mas, se ele corresponder mesmo a uma
20 necessidade nem sempre consciente da comunidade, erradicá-lo vai
demorar muito mais do que se imagina. Ainda é cedo para garantir, com
firmeza, o futuro do combate ao gerúndio vicioso. Se tal esforço "vai estar
surtindo efeito", só o tempo "vai poder estar dizendo".

06. Não há linguagem figurada no seguinte enunciado:

- (A) “Ele chegou furtivo, espalhou-se feito gripe e virou uma compulsão nacional” (linhas 1-2).
- (B) “Em menos de uma década, o gerundismo cavou pelas bordas seu lugar sob os holofotes do país. É o Paulo Coelho da linguagem cotidiana” (linhas 2-3).
- (C) “Embora não haja explicação única para a origem do fenômeno, sua popularidade chama a atenção não só de especialistas da língua, mas de empresários e ouvidos sensíveis a saraivadas repetidas do mesmo vício” (linhas 11-14).
- (D) “Nas filas de banco, em reuniões de empresas, ao telefone, nas conversas formais, em e-mails e até nas salas de aula, há sempre alguém que ‘vai estar passando’ o nosso recado, ‘vai estar analisando’ o nosso pedido ou ‘vai poder estar procurando’ a chave do carro” (linhas 3-7).

07. Entre os termos abaixo, **não** retoma a palavra “gerundismo”

- (A) “alvo” (linha 8).
- (B) “vício” (linha 14).
- (C) “Paulo Coelho” (linha 3).
- (D) “fenômeno democrático” (linha 7).

TEXTO 3 – QUESTÕES 08 e 09

O Gerúndio é só o pretexto II

Luiz Costa Pereira Jr.

1 Ao adotar o gerúndio numa construção que não o pedia, a pessoa finge
2 indicar uma ação futura com precisão, quando na verdade não o faz.
3 Para a professora Maria Helena de Moura Neves, da UNESP e do
4 Mackenzie, autora da *Gramática de Usos do Português*, o gerundismo faz
5 a informação pontual (em que o foco está na ação) ser transformada
6 numa situação em curso (durativa). O aspecto pontual é aquele em que
7 um fenômeno é flagrado independentemente da passagem de tempo - o
8 verbo se refere só à ação. São pontuais, por exemplo, expressões como
9 “vou fazer” ou o futuro do presente, “farei”.
10 Porque os mecanismos lingüísticos são acionados pela intenção, diz
11 Maria Helena, é possível obter um efeito pragmático na locução do
12 gerúndio de atenuar o compromisso com a palavra dada.
13 - Quando digo “vou passar seu recado”, a referência é a ação em si. Não
14 me atendo à sua duração. Com isso, amarro um compromisso. A ação é
15 indicada ali, pura e simplesmente. Garanto que ela se cumprirá. Ao usar
16 o gerúndio, deixo de me referir puramente à ação e incorpora-se o
17 aspecto verbal durativo. A ênfase passa a ser outra. Você comunica que
18 até encontrará tempo para fazer a ação, mas seu foco não está mais
19 nela.

<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10887>
[com adaptações]

08. Pode-se afirmar que o excerto acima é predominantemente

- (A) informativo, visto que fornece informações sobre o uso abusivo do gerúndio no Brasil.
- (B) dialogal, porque nele se estabelece um diálogo com o leitor acerca do uso do gerúndio.
- (C) explicativo, visto que nele se explica que o gerundismo está relacionado a propósitos comunicativos.
- (D) descritivo, dada a ênfase na descrição de estruturas da língua portuguesa em que ocorre o uso abusivo do gerúndio.

09. Quanto aos fatos gramaticais da língua, é **correto** afirmar que

- (A) o uso da crase em “deixo de me referir puramente à ação” (linha 16) é optativo.
- (B) “se”, em “incorpora-se o aspecto verbal durativo” (linhas 16-17), é uma conjunção integrante.
- (C) há oração sem sujeito em “é possível obter um efeito pragmático na locução do gerúndio” (linha 11-12).
- (D) a próclise em “quando na verdade não o faz” (linha 2) justifica-se pela presença de palavra atrativa.

- 10.** Como se pode depreender da leitura dos vários textos, o gerundismo é o mau emprego do gerúndio, como ocorre, por exemplo, em
- (A) “O gerundismo já foi alvo de tantos e tão calorosos debates, que mesmo a polêmica em torno dele pode estar virando uma espécie de esporte de horas vagas, quase uma comichão a que poucos parecem indiferentes.” (<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10887>).
- (B) “Este artigo foi feito especialmente para que você possa estar recortando e possa estar deixando discretamente sobre a mesa de alguém que não consiga estar falando sem estar espalhando essa praga terrível da comunicação moderna, o gerundismo” (FREIRE, Ricardo. *Gerundismo*. Estado de S. Paulo. São Paulo. 16 de fev. 2001).
- (C) “O Diário da Região de Rio Preto publicou matéria sobre o emprego do gerúndio, fazendo críticas (justas) ao seu emprego abusivo e de forma gramaticalmente errada, prática esta que tem sido bastante utilizada por operadores de telemarketing, alguns jornalistas e pessoas em geral. [...] A sintaxe da língua portuguesa do Brasil está sofrendo contaminação da sintaxe da língua inglesa. O atendimento das moças do telemarketing está contaminando a fala das pessoas”. (<http://mfmdutra.wordpress.com/2006/03/14/uso-e-abuso-do-gerundio/> adaptado).
- (D) “Em lugar de ensinar os funcionários a usar o gerúndio, resolve-se o problema banindo-o da língua, como se a língua tivesse um só dono, coisa que, aliás, o governo deve pensar, ao impor uma mudança ortográfica absurda e sem sentido, nascida pretensamente para unificar a ortografia dos países de língua portuguesa, mas que, infelizmente, não unifica nada, porque continua admitindo grafias duplas” (<http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/18/o-gerundio-expulso-a-abolicao-do-gerundio-e-as-143792-1.asp>).

LEGISLAÇÃO

- 11.** A respeito dos bens do Município de Parauapebas, assinale a resposta correta.
- (A) A fixação dos preços devidos pela utilização de bens serviços municipais será estabelecida pela Câmara Municipal.
- (B) A fixação dos preços devidos pela utilização de bens serviços municipais será estabelecida pela Secretaria de Administração do Município.
- (C) A fixação dos preços devidos pela utilização de bens serviços municipais será estabelecida pelo Prefeito Municipal.
- (D) A fixação dos preços devidos pela utilização de bens serviços municipais será estabelecida pela Secretaria de Obras.
- 12.** É competência privativa do Município de Parauapebas.
- (A) Cuidar da saúde e assistência pública, bem como da proteção, garantia e integração social das pessoas portadoras de deficiências.
- (B) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência e ao desporto.
- (C) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- (D) Elaborar o Plano Diretor.
- 13.** A respeito da Câmara Municipal, assinale a resposta correta.
- (A) O número de Vereadores à Câmara Municipal será proporcional à população do Município e será estabelecido em Decreto Municipal.
- (B) O número de Vereadores à Câmara Municipal será fixo, e estabelecido em Decreto.
- (C) O número de Vereadores à Câmara Municipal será proporcional ao número de servidores públicos do Município e será estabelecido em Lei Municipal.
- (D) O número de Vereadores à Câmara Municipal será proporcional à população do Município e será estabelecido em Lei Municipal.

14. Quanto à administração dos bens patrimoniais do Município de Parauapebas, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os bens móveis e semoventes municipais deverão ser tombados e os imóveis cadastrados.
- (B) Todos os bens imóveis municipais deverão ser tombados e os semoventes e móveis cadastrados.
- (C) O Município dará preferência à venda e doação de bens imóveis, ante a possibilidade de concessão de direito de uso.
- (D) Na alienação de bens imóveis, obsoletos ou de uso anti-econômico para o serviço municipal, proceder-se-á de conformidade com Lei Municipal que regulamente as Licitações Públicas.

15. A respeito dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessão de serviço público dependerá de autorização do Prefeito e ocorrerá sem necessidade de licitação.
- (B) A concessão de serviço público dependerá de autorização da Câmara Municipal e ocorrerá sem necessidade de licitação.
- (C) A concessão de serviço público dependerá de autorização da Câmara Municipal e mediante licitação.
- (D) A concessão de serviço público dependerá de autorização do Prefeito e ocorrerá sem necessidade de licitação.

16. A respeito da competência para editar atos administrativos, assinale aquela que pertence ao Sr. Prefeito.

- (A) A aprovação de regimento ou regulamentação dos órgãos de administração direta será objeto de portaria.
- (B) As medidas executórias do Plano Diretor serão efetivadas através de portaria.
- (C) A autorização para contrato e dispensa de servidores sob o regime da legislação trabalhista ocorrerá através de portaria.
- (D) A concessão de aposentadoria ocorrerá através de portaria.

17. A respeito do estatuto dos servidores públicos do Município de Parauapebas, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas, também se aplica aos servidores investidos em empregos públicos, assim definidos em lei municipal específica.
- (B) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas também se aplica aos empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades da Administração indireta que explorem atividade econômica.
- (C) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas também se aplica aos contratados por tempo determinado, para atender à necessidade temporária por excepcional interesse público.
- (D) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas aplica-se aos servidores públicos da Administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

18. A respeito do provimento de cargos públicos, assinale a resposta correta.

- (A) Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservados 3% (três por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (B) Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservados 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (C) Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservados 4% (quatro por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (D) Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservados 6% (seis por cento) das vagas oferecidas no concurso.

- 19.** A respeito da posse nos cargos públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) A posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado e conveniência da administração.
 - (B) A posse ocorrerá no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado e conveniência da administração.
 - (C) A posse ocorrerá no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado e conveniência da administração.
 - (D) A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado e conveniência da administração.
- 20.** A respeito das formas de provimento dos cargos públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) Reversão é a reinvestidura do servidor concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
 - (B) Reintegração é a reinvestidura do servidor concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
 - (C) Recondução é a reinvestidura do servidor concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
 - (D) Readaptação é a reinvestidura do servidor concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- 21.** A respeito de remuneração, assinale a resposta correta.
- (A) Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
 - (B) Vencimento é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.
 - (C) Considera-se vencimento, o valor correspondente ao vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei como de caráter permanente.
 - (D) Em casos excepcionais, o vencimento pode ser inferior a 1 (um) salário mínimo vigente.
- 22.** A respeito de adicional noturno, assinale a resposta correta.
- (A) É remunerado com adicional noturno, o serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia a 05 (cinco) horas do dia seguinte.
 - (B) É remunerado com adicional noturno, o serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia a 06 (seis) horas do dia seguinte.
 - (C) A remuneração da “hora noturna” terá acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a “hora normal”.
 - (D) A remuneração da “hora noturna” terá acréscimo de 30% (trinta e cinco por cento) sobre a “hora normal”.
- 23.** A respeito de diárias e ajuda de custo, assinale a resposta correta.
- (A) Ao servidor, inclusive o ocupante de cargo em comissão, que for designado para serviço, curso ou outra atividade fora do Município, por período de até 30 (trinta) dias, será pago ajuda de custo, para custeio das despesas de viagem.
 - (B) Ao servidor, inclusive o ocupante de cargo em comissão, que for designado para serviço, curso ou outra atividade fora do Município, por período de até 30 (trinta) dias, serão concedidas diárias, para custeio das despesas de viagem.
 - (C) O servidor que receber diárias e não se afastar do Município, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 10 (dez) dias.
 - (D) O servidor que receber ajuda de custo, e não se afastar do Município, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 15 (quinze) dias.

- 24.** A respeito das licenças à gestante e à adotante, assinale a alternativa correta.
- (A) Será concedida licença à servidora gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
 - (B) À servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança de até 6 (seis) anos de idade, serão concedidos 120 (cento e vinte) dias de licença remunerada para ajustamento do adotado ou tutelado ao novo lar.
 - (C) Será concedida licença à servidora gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
 - (D) À servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança de até 6 (seis) anos de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada para ajustamento do adotado ou tutelado ao novo lar.

- 25.** A respeito das penalidades impostas ao servidor, assinale a resposta correta.
- (A) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 2 (dois) e 4 (quatro) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - (B) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - (C) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 1 (um) e 3 (três) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - (D) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 4 (quatro) e 7 (sete) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Fornecer produtos e serviços a preços competitivos, que satisfaçam às necessidades humanas, trazendo qualidade de vida, reduzindo progressivamente os impactos ecológicos e a intensidade do uso de recursos naturais, em todo o ciclo de vida, define:

- (A) Ecoeficiência.
- (B) Gestão ambiental.
- (C) Equilíbrio ecológico.
- (D) Desenvolvimento sustentável.

27. A atmosfera terrestre admite os raios solares visíveis, mas aprisiona os infravermelhos que emanam da superfície. O aprisionamento do calor refletido pela atmosfera é denominado:

- (A) buraco na camada de ozônio.
- (B) efeito estufa.
- (C) aquecimento global.
- (D) chuva ácida.

28. A fim de garantir que todos tenham direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, a Constituição Federal estabelece a exigência de estudo prévio de impacto ambiental, para instalação de obra ou atividade

- (A) utilizadora de recursos naturais.
- (B) causadora de degradação do meio ambiente.
- (C) potencialmente causadora de poluição do meio ambiente.
- (D) potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.

29. A Política Nacional do Meio Ambiente tem entre seus princípios:

- (A) Compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente.
- (B) Estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
- (C) Capacitação da comunidade para participação ativa na defesa do meio ambiente, através da educação ambiental a todos os níveis do ensino.
- (D) Imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente.

30. O órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente é

- (A) o Conselho de Governo.
- (B) o Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- (C) a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.
- (D) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

31. A Política de Meio Ambiente do Estado do Pará estabelece que o transporte, a disposição e o tratamento de lodos, digeridos ou não, do sistema de tratamento de resíduos ou de outros materiais são de responsabilidade

- (A) do órgão ambiental local.
- (B) do poder público municipal.
- (C) do poder público estadual.
- (D) da fonte geradora.

32. A Política Nacional de Recursos Hídricos estabelece que o enquadramento dos corpos de água em classes, deve ser realizado levando-se em conta

- (A) todos os usos da água.
- (B) os usos preponderantes da água.
- (C) o uso para abastecimento público de água.
- (D) o uso como corpo receptor de despejos.

33. A pena por causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade é de:

- (A) Reclusão, de um a cinco anos.
- (B) Detenção de um a cinco anos.
- (C) Reclusão de seis meses a um ano, e multa.
- (D) Detenção, de seis meses a um ano, e multa.

34. O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade é denominado:

- (A) Corredor ecológico.
- (B) Recurso ambiental.
- (C) Unidade de conservação.
- (D) Zona de amortecimento.

35. Os Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação são os dirigentes do órgão gestor responsável pela coordenação da Política Nacional de

- (A) Meio Ambiente.
- (B) Recursos Hídricos.
- (C) Educação Ambiental.
- (D) Saneamento Ambiental.

36. Para obtenção de Licença Prévia de Produção para Pesquisa (LPpro) de atividades de exploração e lavra das jazidas de combustíveis líquidos e gás natural, o empreendedor deverá apresentar ao órgão ambiental competente:

- (A) Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA).
- (B) Relatório de Controle Ambiental (RCA).
- (C) Projeto de Controle Ambiental (PCA).
- (D) Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

37. Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental, a serem submetidos à aprovação do órgão ambiental competente, o licenciamento de projetos agropecuários que contemplem áreas acima de

- (A) 100 hectares.
- (B) 500 hectares.
- (C) 1.000 hectares.
- (D) 5.000 hectares.

38. Como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel, de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos, produzidos ou importados e que gerem ruído no seu funcionamento, foi instituído o Selo

- (A) Ruído.
- (B) Silêncio.
- (C) Sonoro.
- (D) Ambiental.

39. Podem ser consideradas como boas, as águas brutas, com Índice de Qualidade das Águas (IQA), na faixa:

- (A) $79 < IQA \leq 100$
- (B) $51 < IQA \leq 79$
- (C) $36 < IQA \leq 51$
- (D) $19 < IQA \leq 36$

40. As águas doces, salobras e salinas do Território Nacional são classificadas, segundo a qualidade requerida para os seus usos preponderantes, em

- (A) nove classes de qualidade.
- (B) onze classes de qualidade.
- (C) treze classes de qualidade.
- (D) quinze classes de qualidade.

41. As águas doces, salobras e salinas destinadas à balneabilidade, consideradas próprias, poderão ser subdivididas nas categorias

- (A) satisfatória, boa e excelente.
- (B) satisfatória, muito boa e excelente.
- (C) satisfatória, boa e muito boa.
- (D) boa, muito boa e excelente.

42. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta

- (A) as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.
- (B) o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.
- (C) o nível de renda da população da área atendida.
- (D) a adequada destinação dos resíduos coletados.

43. A fim de reduzir as moléstias veiculadas pela água, foi estabelecido como meta na Agenda 21, que até o ano 2000, o número de mortes por diarreia infantil nos países em desenvolvimento seja reduzido entre

- (A) 25 e 50 por cento.
- (B) 50 e 70 por cento.
- (C) 50 e 75 por cento.
- (D) 70 e 90 por cento.

44. Estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos, é de competência do

- (A) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- (B) Órgão Ambiental Estadual.
- (C) Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- (D) Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

45. A Política de Meio Ambiente do Estado do Pará estabelece que as infrações ambientais sejam apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura do auto de infração, o qual deve ser lavrado

- (A) na sede do órgão ambiental.
- (B) na sede do empreendimento autuado.
- (C) no local em que for verificada a infração.
- (D) na sede do órgão ambiental ou no local em que for verificada a infração.

- 46.** A pena de proibição de a pessoa jurídica contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações, será imposta no prazo máximo de
- (A) dois anos.
 - (B) cinco anos.
 - (C) dez anos.
 - (D) quinze anos.
- 47.** A unidade de conservação, criada com o objetivo de preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, é denominada de
- (A) Estação Ecológica.
 - (B) Reserva Biológica.
 - (C) Parque Nacional.
 - (D) Área de Proteção Ambiental.
- 48.** Para os empreendimentos de aproveitamento hidroelétrico, a Licença Prévia (LP) deverá ser requerida
- (A) no início do estudo de viabilidade da Usina.
 - (B) antes da realização da Licitação para construção do empreendimento.
 - (C) antes do fechamento da barragem.
 - (D) antes da efetiva colocação da usina em geração comercial de energia.
- 49.** As áreas de desenvolvimento onde o nível de deterioração da qualidade do ar seja limitado pelo padrão primário de qualidade serão enquadradas como:
- (A) Classe especial.
 - (B) Classe I.
 - (C) Classe II.
 - (D) Classe III.
- 50.** O fenômeno caracterizado por um acúmulo de fumaça marrom e nebulosa, contendo ozônio e outros agentes oxidantes, é denominado:
- (A) Chuva ácida.
 - (B) Efeito estufa.
 - (C) Inversão térmica.
 - (D) Smog fotoquímico.

